

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série — Número 28

Quarta-feira, 18 de Outubro de 1978

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Resolução n.º 27/78:

Delibera a participação no capital da firma Madeira Engineering & C.ª. Lda.

Resolução n.º 28/78:

Mantém o subsídio concedido à cebola, circunscrito a áreas definidas.

Resolução n.º 29/78:

Determina a atribuição da verba de cem mil contos para a resolução do problema de Colonia.

Resolução n.º 30/78:

Aprovação do projecto da construção da Central des-salinizadora do Porto Santo.

Resolução n.º 31/78:

Aprovação do projecto de ampliação do Porto de Câmara de Lobos.

Resolução n.º 32/78:

Aprovação das propostas legislativas sobre Zona Franca e Fundo de Abastecimento Regional.

Resolução n.º 33/78:

Concessão de um aval à Sociedade Penina — Porto Santo.

Resolução n.º 34/78:

Aquisição de 1 apartamento para funcionários no Porto Santo.

Resolução n.º 35/78:

Nomeia a Comissão para o estudo e coordenação das iniciativas relativas ao Ano Internacional da criança, a celebrar em 1979.

Resolução n.º 36/78:

Aprovação do projecto de Decreto Regulamentar Regional sobre «Assistência Técnica e Financeira para a extinção da Colonia».

Resolução n.º 37/78:

Aprovação do projecto de Regulamento, sobre bolsas de estudo do Governo Regional.

Portaria n.º 101/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Resolução n.º 27/78

Face à proposta da firma Madeira Engineering e Companhia Limitada de subsidiar a empresa a fim de permitir a sua sobrevivência, o Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 11 de Outubro de 1978, resolveu que, em virtude do interesse de subsistência daquela unidade, a forma a defender de viabilização será a participação no capital, no montante aproximado de dez mil contos, através de negociação a ser conduzida pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 28/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 11 de Outubro de 1978, resolveu:

Mantém o subsídio concedido à cebola, circuns-

crito apenas às freguesias do Caniço, Gaula, Santa Cruz, Água de Pena, Santo da Serra e Camacha, zonas vocacionadas para tal produção, não estendendo o referido subsídio a outras áreas, até como medida de disciplina de um correcto ordenamento agrícola, em função das diferentes características do Arquipélago e das possibilidades do mercado interno e externo.

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 29/78

O Governo Regional face às obstruções feitas pelo Governo Central, o qual se recusou sempre a satisfazer linhas de crédito, para a resolução do problema de Colonia e apoio aos trabalhos agrícolas mais necessitados, resolveu, através do seu próprio orçamento, encontrar fórmulas de apoio aos colonos que dele careçam. Assim, determinou que no orçamento para o próximo ano, fique desde já inscrita a verba de cem mil contos, independentemente da existência de outras alternativas entre as quais a continuidade das diligências entabuladas com o Governo Central.

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 30/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 11 de Outubro de 1978, resolveu:

Aprovar o projecto da construção civil da Central de dessalinização do Porto Santo, cujo orçamento atinge o montante de dois mil quinhentos e oitenta contos.

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 31/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 11 de Outubro de 1978, resolveu:

Aprovar o projecto de ampliação do porto de Câmara de Lobos — ponte cais, no valor de onze mil contos.

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 32/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 11 de Outubro de 1978, resolveu:

Aprovar as propostas legislativas sobre Zona Franca e Fundo de Abastecimento Regional, as quais nos termos da Constituição serão submetidas ao Governo da República.

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 33/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 11 de Outubro de 1978, resolveu:

Conceder um aval, contra hipoteca, no montante de quarenta mil contos à Sociedade Penina para não atrasar a execução das obras do Hotel em Porto Santo, sem prejuízo do já anteriormente decidido, em anterior reunião do Governo, sobre a obrigatoriedade de a — Penina — Porto Santo, constituir uma sociedade separada da sociedade do Continente.

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 34/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 11 de Outubro de 1978, resolveu:

Adquirir apenas um apartamento mobilado número 16, situado na Rua Estevão de Alencastre, da Vila Baleira, pelo montante de mil contos, valor este de acordo com a informação dos técnicos da Secretaria Regional do Equipamento Social.

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 35/78

Na reunião do Governo, do dia vinte de Julho de mil novecentos e setenta e oito, sob proposta do Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, «foi aprovada a composição da Comissão para o estudo e coordenação das iniciativas relativas ao Ano Internacional da Criança que se celebrará em mil novecentos e setenta e nove. A posse da respectiva Comissão será dada oportunamente.

Mais tarde, na sala de reunião deste executivo, pelas quinze horas do dia vinte e sete de Julho, em acto solene, perante a presença de vários Secretários Regionais e os empossados, Sua Excelência o Presidente do Governo deu posse à citada Comissão, que é composta pelos seguintes elementos: — Carmen Laura de Agrela Nunes Aguiar — Educadora Infantil — Presidente; Doutor Luciano Castanheira — Pediatra; Doutor Luís Afonso — Psicólogo; Professora Maria Isabel de Sena Lino — Representante da Delegação dos Desportos; Professor José Agostinho Ornelas R. Bettencourt — Representante do Conservatório de Música; Evangelina Maria Sousa Fernandes — Representante do Instituto de Artes Plásticas da Madeira; Professor Filipe Gouveia e Silva — Representante da Direcção Escolar do Funchal; Dalila Maria Muller da Câmara — Representante da F. A.O.J.; Ana Maria da Silva Freitas — Representante da Junta Regional da Madeira do Corpo Nacional de Escutas; Teresa Vaz Pinheiro — Representante das Actividades Culturais da Câmara Municipal do Funchal. Assim, o Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 11 de Outubro de 1978, resolveu acrescentar mais alguns dados, nomeadamente a indicação dos nomes e referência à tomada de posse da Comissão, à resolução aprovada na reunião do dia vinte de Julho de mil novecentos e setenta e oito.

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 36/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 11 de Outubro de 1978, resolveu:

Aprovar o projecto de Decreto Regulamentar Regional sobre «Assistência Técnica e Financeira para a extinção da Colonia».

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 37/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 18 de Outubro de 1978, resolveu aprovar o seguinte regulamento sobre bolsas de estudo do Governo Regional:

REGULAMENTO

NÚMERO DE BOLSAS

Art.º 1.º — O GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, através da Secretaria Regional de Educação e Cultura, resolve conceder, anualmente, BOLSAS DE ESTUDO, cujo número limite, a conceder em cada ano lectivo, se fixa em 40. Este número pode ser alterado, de acordo com deliberação do próprio Governo Regional.

QUADROS PREFERENCIAIS

Art.º 2.º — As bolsas de estudo são concedidas apenas em referência a cursos oficiais ou oficializados, considerados preferenciais, no sentido de suprir carências de quadros e que tenham, por força, de ser seguidos fora da Região Autónoma da Madeira.

CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

Art.º 3.º — Sem prejuízo do expresso no Artigo 15.º (relativo a bolseiros nos anos anteriores,) serão utilizados, como critérios de selecção, os seguintes:

- a) Natureza do curso;
- b) Melhor classificação (apurada de acordo com o expresso no artigo seguinte);
- c) Capitação do agregado familiar.

CONDIÇÕES GENÉRICAS DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS

Art.º 4.º — Podem ter bolsas de estudo (1.ª concessão) os alunos que:

1. Pretendem frequentar ou frequentem um curso considerado de interesse para a Região.
2. Obtenham matrícula para frequência (1.º ano) dos cursos mencionados no Artigo 2.º, nas condições a seguir enunciadas:

a) Cursos Superiores — *nota de candidatura* igual ou superior a 14 valores, por arredondamento.

Entende-se por *nota de candidatura* aquele que for oficialmente considerada para acesso à matrícula no mesmo, com a intervenção dos vários factores na definição da média, concluídas as obrigações do ano propedêutico;

b) Cursos Médios — média de curso que lhe dê acesso (nono ano unificado ou complementar), não inferior a 14,5 valores. Quando exista exame de admissão ao mesmo, a nota obtida neste não poderá ser, para efeitos de concessão de bolsa, inferiores a 14 valores, por arredondamento.

3. Obtenham matrícula para frequência (em anos diferentes do primeiro) dos cursos mencionados no Artigo 2.º, nas seguintes condições:

a) Cursos Superiores — média igual ou superior a 14 valores do curso complementar dos Liceus ou equivalente, e média igual ou superior a 11,5 valores nos anos lectivos anteriores a esta 1.ª concessão, ou num conjunto de cadeiras correspondente a aproveitamento global nesses anos lectivos;

b) Cursos Médios — média igual ou superior a 14,5 valores do curso que lhe dê acesso (nono unificado ou complementar), e igual ou superior a 11,5 valores nos anos lectivos anteriores nos anos lectivos anteriores a esta concessão.

4. Façam prova documental, nos boletins próprios para o efeito, de carência económica, sendo o valor da capitação apurado anualmente, se disso houver necessidade.
5. Apresentem declaração, sob compromisso de honra, em como se obrigam a exercer a futura profissão na Região Autónoma da Madeira, logo após a conclusão do curso ou especialidade em que foram bolseiros. Caso não o queiram fazer, terão de reembolsar o Governo Regional da quantia por este dispendida.
6. O reembolso previsto no número anterior efectuar-se-á em duas prestações anuais, em períodos a designar, durante um período de anos correspondente àquele em que foram beneficiados, com início no ano civil imediato ao da conclusão do referido curso.
7. A perda eventual da bolsa não dispensa o bolseiro do vínculo e obrigações para com a Região, pelo período de tempo de que foi beneficiário, no caso de obter colocação profissional.

Art.º 5.º — 1. Em casos nítidos e relevantes de distinção, a bolsa poderá assumir, excepcionalmente, o carácter preferencial de prémio.

2. Em caso algum, no entanto, as bolsas de estudo atribuídas nos termos do preceituado neste Artigo, poderão exceder 10% do número de bolsas concedido anualmente.
3. O quantitativo da bolsa de prémio a atribuir será variável, em função da capitação do agregado familiar.

RENOVAÇÃO

Art.º 6.º — As bolsas de estudo serão anualmente renovadas (para um novo ano lectivo), desde que o aluno faça prova dos seguintes requisitos cumulativos:

- a) Matrícula, no ano imediato, do curso para que a mesma fora concedida;
- b) Manutenção da média igual ou superior a 11,5 valores, prevista no n.º 3 do Artigo 4.º.

PROGRAMAÇÃO

Art.º 7.º — As bolsas de estudo só poderão ser prorrogadas (com referência a eventuais exames de 2.ªs épocas), num máximo de meses constante de tabela anexa, considerando a extensão do próprio curso.

Art.º 8.º — As prorrogações serão cabimentadas no quantitativo máximo anual a conceder, tendo em atenção, nas bases de cálculo, os parâmetros fixados no Artigo anterior.

CESSAÇÃO

Art.º 9.º — A concessão de bolsa de estudo cessa logo que o aluno:

- a) Não obtenha passagem ao ano imediato do mesmo curso;
- b) Não mantenha a média fixada no Artigo 6.º.

Art.º 10.º — O Governo Regional pode, todavia, considerar válida a justificação do interessado e conceder renovação de bolsa, em casos de força maior, devidamente justificados.

Art.º 11.º — Nenhum bolseiro pode beneficiar, por mais de uma vez, da regalia prevista no Artigo anterior.

Art.º 12.º — A concessão de bolsa cessará, logo que o bolseiro comece a usufruir de qualquer benefício material, resultante de outra bolsa, subsídio, gratificação ou vencimento por exercício de

actividade remunerada, mesmo que em regime de estágio, tendo em apreciação criteriosa os respectivos montantes.

PRAZOS DE REQUERIMENTO

Art.º 13.º — Os requerimentos referentes a bolsas serão apresentados na Secretaria Regional de Educação e Cultura, nos prazos a seguir enunciados:

- a) As bolsas devem ser requeridas até 1 de Outubro;
- b) As renovações devem ser requeridas até 1 de Setembro;
- c) Depois da data referida na alínea anterior, apenas serão tomados em consideração os requerimentos pedindo renovação de bolsa, relativamente a alunos que aguardam as 2.ªs épocas, para total definição da sua situação escolar. Os pedidos de bolsa, para estes, devem ser formulados no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do último exame;
- d) As prorrogações devem ser requeridas entre os dias 1 de Agosto e 1 de Setembro, com a justificação respectiva da formulação do pedido.

QUANTITATIVO DOS SUBSÍDIOS

Art.º 14.º — A bolsa de estudo é agora fixada em Esc.: 3 500\$00 mensais, durante um período máximo anual de dez meses por ano lectivo, ressaltando-se o expresso nos Artigos 5.º, 7.º e 15.º.

Art.º 15.º — 1. As bolsas concedidas em 77/78, bem como em anos lectivos anteriores, e enquanto justificarem renovação, continuarão fixadas em Esc.: 2 500\$00 mensais, num total máximo de Esc.: 25 000\$00 por ano, à excepção das que foram fixadas em 3 500\$00 mensais, num total de Esc.: 35 000\$00 anuais. Estas, manter-se-ão, também, enquanto justificarem renovação.

2. A unificação destes quantitativos poderá ser satisfeita individualmente, desde que preenchidos os requisitos previstos no n.º 3 do Artigo 4.º.

COMPROMISSOS E DESVINCULAÇÃO

Art.º 16.º — Os bolseiros finalistas de curso deverão informar o Governo Regional, através da Secretaria Regional de Educação e Cultura, e até ao termo do mês de Março correspondente ao último ano lectivo do seu curso, se pretendem exercer, tal como inicialmente o declararam, a sua profissão nesta Região Autónoma ou se optam pelo reembolso ao Governo Regional, nas condições previstas nos n.ºs 5 e 6 do Artigo 4.º.

Art.º 17.º — Desde que um bolseiro não informe, até ao termo do mês de Março do último ano de curso, a sua opção, considera o Governo Regional, para todos os efeitos, o reembolso como obrigação, cujo cumprimento será iniciado no ano civil imediato ao da conclusão do referido curso, nos termos do consignado nos n.ºs 5 e 6 do Artigo 4.º.

Art.º 18.º — Por deliberação do Governo Regional, pode ser concedido ao bolseiro, e a seu pedido, o adiamento por um número determinado de anos, do início do desempenho de actividades nesta Região, desde que esse período seja utilizado, exclusivamente, para valorização profissional do candidato, através da frequência de cursos ou estágios de post-graduação, realizados no país ou no estrangeiro.

Art.º 19.º — Desde que o Governo Regional, através dos serviços competentes, não possa garantir, ao bolseiro, o exercício da sua profissão nesta Região Autónoma, cumpridas as formalidades a referir no Artigo seguinte, considera-se este desvinculado de qualquer compromisso anteriormente assumido com o Governo Regional para aquisição da referida bolsa.

Art.º 20.º — Para efeitos da desvinculação a que se refere o Artigo anterior, o bolseiro deverá comunicar à Secretaria Regional de Educação e Cultura, num prazo máximo de 15 dias a contar da data do último exame, que terminou o curso e que, de acordo com a comunicação feita em Março do seu último ano lectivo, opta por:

- a) Exercer a profissão nesta Região;
- b) Reembolsar o Governo Regional.

Art.º 21 — O Governo Regional assume o compromisso de:

- a) Ou garantir um posto de trabalho compatível, num prazo de noventa dias, a contar da data de entrada da comunicação do bolseiro na Secretaria Regional de Educação e Cultura;
- b) Ou enviar um documento que desvincula o bolseiro em relação ao compromisso que assumira anteriormente, dentro do prazo referido na alínea anterior.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.º 22.º — Nenhum bolseiro poderá usufruir de bolsa de estudo para frequência de dois cursos.

Art.º 23.º — O Governo Regional, só a título excepcional, poderá considerar a continuidade de bolsa a um bolseiro que pretenda mudar de curso. O requerimento, para o efeito, deverá conter as razões de mudança vocacional.

Art.º 24.º — Desde que o bolseiro não exerça, oportunamente, a sua actividade profissional nesta Região Autónoma ou não proceda ao reembolso previsto, de acordo com as normas estabelecidas neste Regulamento, actuará o Governo Regional pelos meios legais ao seu dispôr para efectivação desse pagamento.

Art.º 25.º — A Secretaria Regional de Educação e Cultura designará, anualmente, uma Comissão constituída por três elementos, para efeito da apreciação dos processos de candidatura e aplicação do presente Regulamento.

Art.º 26.º — As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente regulamento, serão resolvidas por despacho do Secretário Regional de Educação e Cultura.

Art.º 27.º — Este Regulamento entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 18 de Outubro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

Portaria 101/78

A fim de possibilitar o pagamento das des-

pesas correntes adentro do capítulo 3.º do Orçamento Regional para o corrente ano, inerente à Secretaria do Planeamento e Finanças, há necessidade de se proceder à transferência da importância de dez milhões de escudos do capítulo 3.º do mencionado Orçamento, pelo que ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria Regional referida, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância acima referida, do capítulo 3.º, para reforço do mesmo, de acordo com o mapa de receita e despesa anexo, que faz parte integrante desta Portaria.

2.º. — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, 11 de Outubro de 1978.

O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO	DIVISÃO	CAPÍTULO
	VERBAS TRANSFERIDAS			
	CAPÍTULO III			
	SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS			
	1. Gabinete Regional			
	DESPESAS DE CAPITAL			
62	Activos Financeiros — Títulos de Participação	10 000 000\$00		10 000 000\$00
	VERBAS A REFORÇAR			
	CAPÍTULO III			
	SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS			
	1. Gabinete Regional			
	DESPESAS DE CAPITAL			
42	Transferências Particulares			
	Apoio à Actividade Económica	10 000 000\$00		10 000 000\$00

Preço deste número: 12\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries Ano 1	100\$	Semestre	650\$
A 1.ª série	650\$	»	350\$
A 2.ª série	650\$	»	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»